

Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar

Em dezesseis de junho de dois mil e vinte, às 09h00, realizou-se por videoconferência a 10ª (décima) reunião ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário, da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, com a presença dos membros: João Luiz Barbur Madalozzo e Luciano Borges dos Santos. Ausência justificada de Lineu Edison Tomass. Participaram também Pedro Carlos Carmona Galego, diretor administrativo-financeiro, Glaucio Baduy Galize, diretor de gestão de pessoas, Fernando José Fendrich, gerente de finanças e contratos administrativos; Juliana Gemael Polycarpo Lied Pereira, coordenadora da Auditoria Interna, Annelise Graes Mareca, gerente de governança corporativa, Oscar Pelissari Machado, coordenador de gestão de riscos e compliance, e Paloma Giovana Groxko, que secretariou a reunião.

Assuntos da pauta:

1. Acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
2. Supervisão dos relatórios contábeis;
3. Acompanhamento do relatório da Auditoria Independente 1º trimestre de 2020;
4. Acompanhamento da elaboração do relatório da Auditoria Interna – AUDIN referente às atividades do 2º trimestre de 2020;
5. Revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas;
6. Devolutiva sobre a Avaliação de desempenho do CAE, conforme deliberação do CAD;
7. Assuntos gerais.

O presidente do Comitê de Auditoria Estatutário, João Luiz Barbur Madalozzo, abriu a reunião cumprimentando os participantes e acolheu o diretor de gestão de pessoas, Glaucio Baduy Galize, que se apresentou ao comitê. Posteriormente, abordou o primeiro item da pauta, passando a palavra ao gerente financeiro, Fernando José Fendrich, que explanou sobre a situação da execução orçamentária (até 30/04/2020), contas a receber (até 08/06/2020) e posição financeira (até 31/05/2020), conforme os relatórios que serão apresentados aos conselhos fiscal e de administração da companhia, nas reuniões de junho. O gerente destacou o equilíbrio financeiro apresentado pela Celepar no 1º quadrimestre do ano que, apesar do cenário de pandemia, concede fôlego à gestão da empresa para o enfrentamento da crise e de possíveis oscilações na receita e nas contas a receber. Salientou que a melhoria da situação do caixa retrata a medida concedida pelo governo federal e adotada pela Celepar, de adiamento de pagamento de FGTS, PIS/COFINS e INSS. Espelha, portanto, uma preservação do caixa, já que o valor está em aplicação financeira, mas que deverá ser utilizado para pagamento dos impostos mencionados, no momento previsto na medida concedida. Luciano Borges dos Santos comentou que tem observado a resposta rápida da Celepar frente aos novos projetos desenvolvidos e entregues ao governo em razão do cenário atual e questionou sobre a forma de contrato firmado para a prestação desses serviços. O diretor administrativo-financeiro, Pedro Carlos Carmona Gallego, respondeu que, em razão do contexto peculiar da pandemia e da necessidade do governo em atender às demandas da população tempestivamente, a Celepar tem atendido em diferentes modalidades, nem sempre priorizando seu faturamento, e sim a questão legal e prioritária, devidamente justificada pelos órgãos contratantes. Luciano destacou a implantação da ferramenta "Parlatório Virtual", que permite que os advogados se reúnam com seus clientes que estejam presos, com total sigilo e proteção à saúde, como exemplo de solução que pode ser amplamente explorada pela Celepar. Pedro Carlos Carmona Gallego informou que os custos dessa solução serão bancados em uma parceria com a OAB-PR.

Passando ao segundo item da pauta, para acompanhamento dos relatórios contábeis, Fernando José Fendrich apresentou os balancetes referentes a janeiro, fevereiro e março de 2020 e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), em 31/03/2020 e em 31/03/2019, reforçando que o saldo positivo obtido permitirá que a Celepar opere com mais tranquilidade ao longo do ano. Os membros do CAE consideraram satisfatórios os materiais apresentados.



Ata da 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar

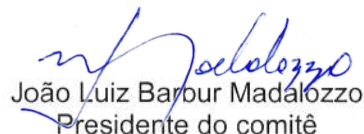
Quanto ao item três da pauta, Fernando José Fendrich informou que a companhia ainda está em processo de contratação de empresa de auditoria externa. Salientou que o processo licitatório, que está em andamento, encontra-se na área jurídica, para emissão de parecer, e que a contratação deve ocorrer até setembro. João Luiz Barbur Madalozzo alertou que, em razão do prazo previsto, a carga de trabalho para a empresa contratada será concentrada e que isso não deve prejudicar a aprovação do balanço dentro do prazo. O gerente financeiro comunicou que essa premissa está prevista em contrato e que a contratada não poderá alegar desconhecimento das condições para a prestação dos serviços. Na ocasião, Fernando José Fendrich informou, ainda, que a companhia também efetuará processo de licitação para a contratação de empresa para avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego, por 48 (quarenta e oito) meses.

Passando ao quarto item, Juliana Gemael Polycarpo Lied Pereira apresentou o relatório parcial da Auditoria Interna – AUDIN, referente ao segundo trimestre de 2020. A coordenadora explanou, item a item, sobre as atividades realizadas pela área no referido período. Para esclarecimento ao diretor Glaucio Baduy Galize, João Luiz Barbur Madalozzo explicou sobre a importância de que a Auditoria Interna assumira um papel mais preventivo, que envolva processos e mudança cultural.

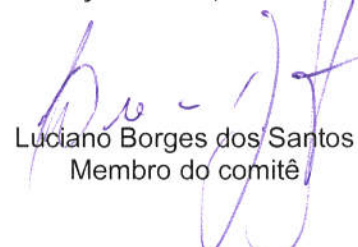
Em seguida, referente ao quinto item da pauta, a gerente de governança corporativa, Annelise Graes Mareca, contextualizou sobre o procedimento de revisão e elaboração das políticas da companhia, que devem ser de responsabilidade conjunta da área de governança e das áreas que possuem expertise no assunto tratado em cada política. Após as explicações, passou a palavra ao coordenador da área de gestão de riscos e compliance, Oscar Pelissari Machado, para que apresentasse a proposta de revisão da Política de Transações Partes Relacionadas, cujo material foi previamente encaminhado. O coordenador detalhou os pressupostos utilizados para o trabalho e os principais pontos revisados, registrados em quadro comparativo dos artigos da política, demonstrando o que foi mantido, suprimido e alterado. Após a apresentação, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário consideraram que a proposta de revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas está adequada e deliberaram pelo seu encaminhamento para o Conselho de Administração. Também endossaram a proposta de manter a política permanentemente aberta para possíveis revisões que venham a ser necessárias durante a sua vigência.

Ato contínuo, relativo ao item seis da pauta, Oscar Pelissari Machado comunicou que a avaliação de desempenho do CAE foi realizada pelo Conselho de Administração (CAD) na reunião de maio e demonstrou o resultado e a devolutiva dos conselheiros aos membros do CAE. Informou, também, que novos procedimentos para avaliação, com objetivo de prover maior interação entre CAD e CAE, serão submetidos à aprovação do CAD, em sua próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, o presidente do CAE agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião, sendo que eu, Paloma Giovana Groxko, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, é assinada pelos membros do comitê e arquivada no Arquivo Geral em livro próprio. A ata também está disponível no sistema *e-protocolo* (identificação 71118) com os materiais pertinentes à pauta.



João Luiz Barbur Madalozzo
Presidente do comitê



Luciano Borges dos Santos
Membro do comitê